

O ensino da Administração Pública no Brasil: uma revisão sistemática

Teaching Public Administration in Brazil: a systematic review

La enseñanza de la Administración Pública en Brasil: una revisión sistemática

Dênia Aparecida de Amorim¹
Robson Rodrigues dos Santos²
Rubens José Pereira³

Resumo: O tema Administração Pública tem sido uma expressão adotada por docentes, pesquisadores, discentes, egressos, profissionais e dirigentes de cursos de graduação e pós-graduação em áreas ligadas a gestão dos entes públicos. O processo de redemocratização brasileira alterou a natureza das relações entre a sociedade e o Estado, o que ocasionou transformações políticas, organizacionais e gerenciais. A Constituição Federal de 1988 incluiu direitos políticos e sociais como saúde, educação, assistência social e amparo à infância e à adolescência, ampliando as premissas de atuação governamental e a demanda por serviços públicos, consequentemente, a exigência de eficiência por parte da Administração Pública e de seus servidores. Assim, o objetivo geral dessa pesquisa foi mapear as produções acadêmicas acerca do ensino e/ou graduação em administração pública no Brasil nos últimos dez anos, bem como identificar os temas abordados nesses estudos. A pesquisa foi realizada pelo método qualitativo de revisão sistemática. Os principais resultados apresentam o aumento crescente da oferta de cursos superiores em AP, além de crescimento no volume de publicações científicas acerca da temática.

Palavras-chave: Administração Pública. Ensino. Graduação.

Abstract. *The topic Public Administration has been an expression adopted by teaching staff, researchers, students, egresses, professionals and graduate and postgraduate program leaders in areas connected to the management of public bodies. The Brazilian re-democratization process has altered the relationship nature between the society and the State, which has caused political, organizational and managerial transformations. The Federal Constitution of 1988 included political and social rights such as health, education, social assistance and childhood and adolescence support, widening the government acting premises and the demand for public services, and consequently, the efficiency request from the Public Administration and its services. Thus, the general objective of this research was to map the academic productions regarding education and/or graduation in public administration in Brazil, in the last 10 years, as well as to identify the topics approached in these studies. The research was performed by the qualitative method of a systematic review. The main results present the growing increase of degree courses offer in PA, besides the growth in the scientific publication volume related to this theme.*

Keywords: *PublicAdministration.Teaching. Graduate.*

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Administração Pública (PROFIAP/UFTM/Uberaba-MG). Professora no Centro Universitário Mário Palmério (FUCAMP).

2 Aluno especial no Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional (PPGGO) da Universidade Federal de Catalão (UFCAT).

3 Especialista em Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção Educacional, Especialista em Direito Municipal, Professor da Fundação Carmelitana Mário Palmério.

Resumen. *El tema Administración Pública ha sido una expresión adoptada por docentes, investigadores, discentes, egresados, profesionales y dirigentes de cursos de grado y postgrado en áreas vinculadas a la gestión de los entes públicos. El proceso de redemocratización brasileña alteró la naturaleza de las relaciones entre la sociedad y el Estado, lo que ocasionó transformaciones políticas, organizacionales y gerenciales. La Constitución Federal de 1988 incluyó derechos políticos y sociales como salud, educación, asistencia social y amparo a la infancia y a la adolescencia, ampliando las premisas de actuación gubernamental y la demanda por servicios públicos, consecuentemente, la exigencia de eficiencia por parte de la Administración Pública y de sus funcionarios. Así, el objetivo general de esa investigación fue mapear las producciones académicas acerca de la enseñanza y/o grado en administración pública en Brasil en los últimos diez años, así como identificar los temas abordados en esos estudios. La investigación fue realizada por el método cualitativo de revisión sistemática. Los principales resultados presentan el aumento creciente de la oferta de cursos superiores en AP, además del crecimiento en el volumen de publicaciones científicas acerca de la temática.*

Palabras clave: *Administración Pública. Enseñanza. Graduación.*

INTRODUÇÃO

Os estudos no campo de administração pública (AP) são relativamente novos, porém, com a conjectura da transparência dos atos e das informações no setor público, torna-se necessário a qualificação dos atores desse cenário. Assim, conforme Pires et al (2014, p. 112), o campo temático de Públicas tem sido uma expressão adotada por docentes, pesquisadores, discentes, egressos-profissionais e dirigentes de cursos de graduação e pós-graduação em Administração Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Gestão Social e Políticas Públicas, de instituições de ensino superior brasileiras, para designar uma área multidisciplinar de ensino, pesquisa e desenvolvimento de projetos técnico-políticos, na grande área das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas. O campo de Públicas abrange assuntos, temas, problemas e questões de interesse público, bem-estar coletivo e políticas públicas inclusivas, com o intuito de acompanhar as novas teorias públicas, que visam a humanização e a participação cidadã governança do Estado.

Sobretudo, com o processo de redemocratização brasileira, a natureza das relações entre a sociedade e o Estado foi remodelada, o que ocasionou transformações políticas, organizacionais e gerenciais, e assim, com a Constituição Federal de 1988, reconhecida com Constituição Cidadã, foi incluída uma gama de direitos políticos e sociais como saúde,

educação, assistência social e amparo à infância e à adolescência, ampliando as premissas de atuação governamental e a demanda por serviços públicos, consecuentemente, a exigência de eficiência por parte da Administração Pública e de seus servidores (GONÇALVES, OLIVEIRA, 2016, p. 202).

Assim, a especialização no campo de estudos públicos tem se desenvolvido gradativamente. Ainda não é possível definir esse campo senão de um modo provisório e em movimento, pois o grupo de indivíduos envolvidos está em desenvolvimento, incentivado pela necessidade de informações e atitudes mais transparentes, iniciando-se pela atitude política-acadêmica para distinguir objetos e objetivos dos cursos de graduação em gestão pública daqueles focados na administração de empresas privadas, ou seja, busca-se definir dois campos que, embora abordem questões, temas e problemas de gestão, o fazem por análises de objetos e objetivos diferentes e delineados por processos e mecanismos específicos, como exemplo, a própria legislação aplicada ao setor público (PIRES et al, 2014, p. 111).

Outro aspecto que impulsionou o desenvolvimento do campo de estudos da Administração Pública no Brasil foram as políticas governamentais direcionadas à educação superior, visto que nas últimas décadas ocorreu uma expansão do sistema de ensino superior com crescimento acentuado do número de cursos de graduação cadastrados no MEC – Ministério de Educação,

que cresceram cerca de 478% no período de 1991 a 2007, ou seja, de 4.908 para 23.488 (GONÇALVES; OLIVEIRA, 2016, p. 202).

Em contrapartida ao crescimento do ensino superior nos diversos campos de pesquisa, a graduação em áreas relacionadas ao setor público, como as demais, tem enfrentado inúmeros desafios, como a falta de material didático específico para esses cursos que pode ser decorrente da ausência de docentes com formação específica na área, e assim, na falta dessa formação, os professores procuram adaptar os estudos produzidos para os cursos de administração de empresas e assim ocorre o mimetismo que é o processo pelo qual um se ajusta a uma nova situação, adaptando-se da maneira que for possível, comprometendo então, o perfil de formação do administrador público (LOURENÇO; MAGALHÃES; FERREIRA, 2014, p. 185).

Assim, o presente estudo teve como objetivo geral mapear as produções acadêmicas acerca da graduação em administração pública no Brasil nos últimos dez anos, bem como identificar os temas abordados nesses estudos por meio de revisão sistemática. A pesquisa justifica-se pelo gradativo aumento das produções acadêmicas que abordam a temática (CAPELARI; AFONSO; GONÇALVES, 2014; FADUL et al, 2014; HOCAYEN-DA-SILVA; ROSSONI; FERREIRA JÚNIOR, 2008; LOURENÇO; MAGALHÃES; FERREIRA, 2014), além do crescimento da oferta do ensino da graduação em Administração Pública e áreas afins (COELHO, 2008; FADUL et al, 2014; GONÇALVES; OLIVEIRA, 2016; PIRES et al, 2014), sendo de grande valia para o meio acadêmico a produção de trabalhos que englobem a temática AP.

A pesquisa foi desenvolvida no primeiro semestre de 2019, e, além dessa introdução conta com mais quatro seções, sendo elas o referencial teórico, o procedimento metodológico e de coleta de dados, a discussão dos resultados e a conclusão.

2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O CAMPO DO SABER

Conforme Coelho e Nicolini (2013, p. 404), o campo do saber da AP, como abordagem

histórica ou como tema para pesquisas foi revitalizado na última década, pois, os pesquisadores almejam temas atuais, e com o processo de reestruturação estatal iniciado em 1995, a aprovação de leis que determinam acesso à informação da aplicação de recursos públicos, as pesquisas acadêmicas denotam a vinculação estreita entre áreas de pesquisa em administração pública e a agenda de governo.

De acordo com Coelho, Olenscki e Celso (2011, p. 1708-09), o marco inicial do ensino de AP no Brasil, em nível de graduação, ocorreu em 1952, com a instituição do curso na Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, EBAP-FGV, assim, na década subsequente à criação do curso, surgiram novos cursos de AP na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1952. Já em 1959 foi a vez da Faculdade de Administração da Universidade Federal da Bahia e na Escola Superior de Administração da Universidade Federal de Pernambuco. Em 1961 a Escola de Administração do Estado do Ceará e o Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília abriram suas turmas de graduação em AP. Estima-se que, entre os anos de 1952 e 1969, 31 IES instituíram cursos de formação acadêmica, seja de graduação ou pós-graduação, ou de treinamento e desenvolvimento (T&D) em AP, no qual, cerca de três quartos ofereciam o bacharelado, isolado ou integrado com o de administração de empresas (COELHO; OLENSCKI; CELSO, 2011, p. 1708-09).

Os pesquisadores Capelari, Afonso e Gonçalves (2014, p.100), afirmam que, especialmente no Brasil, a discussão sobre a temática AP tende a alertar para uma passagem que engloba dois fatores que, na maioria das vezes, se apresentam de maneira contrária, sendo eles o aumento da produção científica na área tanto em eventos quanto em periódicos nacionais e a pequena quantidade de cursos de graduação e pós-graduação e de grupos de pesquisas consolidados em AP no país.

Já Hocayen-da-Silva, Rossoni e Ferreira Júnior (2008, p. 656-7), apresentam em seu

estudo que, em decorrência do aumento no volume de publicações científicas nas áreas do conhecimento ligadas à administração, salienta-se que nos últimos anos, tem surgido esforço dos pesquisadores em elaborar um balanço crítico das publicações científicas em diferentes disciplinas ligadas às ciências sociais aplicadas, com o intuito de validar a qualidade dos estudos brasileiros, e na maioria das ocorrências, esses trabalhos caracterizam-se por apresentar a classificação dos procedimentos metodológicos, do referencial teórico, do número de autores por artigo, do número de artigos por unidade federativa, do número de artigos por instituições de ensino e da base epistemológica, ou seja, estudos bibliométricos acerca da temática.

Assim, não causa estranheza o fato desses trabalhos produzidos se limitarem a apresentar episódios e eventos ocorridos, e não se dedicarem a explicar os fenômenos sociais, além de que, quando não se tratam de revisões bibliométricas, utilizam como estratégia metodológica o estudo de caso e focam em casos convergentes da agenda governamental momentânea e, em menor intensidade, dos anseios do público, demonstrando, com isso, um campo sem identidade, que produz conhecimento reduzido e com pouca capacidade de devolver o conhecimento produzido para a sociedade (CAPELARI; AFONSO; GONÇALVES, 2014, p. 100).

Entretanto, quando se fala em AP, questiona-se se é um campo temático ou uma disciplina, visto que o conceito está em gradativa construção. Conforme Capelari, Afonso e Gonçalves (2014, p. 101), o conceito de campo está relacionado a um universo em que interagem os agentes e as instituições que produzem, reproduzem e difundem a arte, a literatura ou a ciência, sendo assim, a estrutura é delimitada pelos atores que definem suas possibilidades e impossibilidades, seus objetivos e questões para pesquisas. Portanto, um campo científico não é estático, visto que sua estrutura e os atores envolvidos estão em constante movimento e em embates tanto pelo alcance da representação quanto da realidade do campo em questão. A AP pode ser entendida como um

campo científico de pesquisa em construção, porém, com o crescimento da oferta de graduações e pós-graduações voltadas a essa área, tende a se consolidar cada vez mais no meio acadêmico.

A prova de que a AP tem expandido seu espaço no meio científico pode ser vista por meio da observação da quantidade de submissões de artigos aos principais eventos da área, como Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - EnAnpad e Encontro de Administração Pública da Anpad- EnAPG), além da proliferação de revistas especializadas e dos próprios cursos de graduação e pós-graduação no Brasil (CAPELARI; AFONSO; GONÇALVES, 2014, p. 102).

Já, Fadul e Silva (2009, p. 364), analisam a AP como uma disciplina que apresenta características que dificultam a articulação dela com outras disciplinas, e com o desenvolvimento de abordagens inter, multi e transdisciplinares, quando também não impede a potenciação de suas possibilidades e a superação de seus limites disciplinares, ou seja, a AP procura priorizar a abordagem disciplinar, mas enfrenta dificuldades no desenvolvimento dessa abordagem, de modo que não consegue usufruir as suas possibilidades, além de não agir de modo organizado e sistematizado, otimizando as possibilidades e diminuindo os limites pertinentes a esse tipo de abordagem. Assim, as autoras evidenciam a dificuldade de desenvolver análises disciplinares da AP relacionando o tema “público” com paradigmas aplicáveis a outros campos temáticos.

Porém, esse estudo visa analisar a AP como uma graduação cada vez mais necessária a sociedade, assim, a convergência do saber científico em gerência, a demanda de pessoal qualificado e a instituição da carreira específica para administrador público começaram a estabelecer o cenário para a formação universitária em AP, e, embora os passos iniciais desse bacharelado surgiram como uma disciplina, a emancipação dos estudos e ensino em administração pública como um curso superior situou-se entre 1944 e 1952. Apesar da dificuldade do reconhecimento da formação

superior em administração, a disseminação da teoria administrativa e a necessidade da formação de jovens talentos para o serviço público, apresentou forte contorno pragmático (COELHO; NICOLINI, 2013, p. 406).

De acordo com Coelho e Nicolini (2013, p. 409), o primeiro currículo em administração pública no país criou a qualificação, ou seja, o conjunto de saberes necessários ao exercício profissional, essencial ao administrador público e esse currículo começou a moldar sua identidade e servir de modelo para a expansão desta graduação no Brasil até por volta de 1965, quando a profissão foi regulamentada, e assim, definiu-se o primeiro currículo mínimo da área.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E DE COLETA DE DADOS

Essa pesquisa foi desenvolvida pelo método qualitativo com a adoção de revisão sistemática para alcance do objetivo do estudo. Para coleta de dados foram definidos pelos autores os descritores “administração pública”, “and”, “graduação”. Como plataformas de dados foram utilizadas a base Scielo (www.scielo.org), a qual tem diversos periódicos indexados, e a Revista Administração Pública e Gestão Social – APGS, periódico brasileiro não indexado a Scielo. Para busca na plataforma Scielo foi adotado o filtro “coleções: Brasil”, pesquisa por artigos, preenchimento dos descritores com definição de campo “todos os índices”. Foi adotada delimitação de data da publicação a partir de 2008. A opção pelo periódico APGS se deu pelo fato deste não ser indexado ao Scielo, assim, a pesquisa ampliou seu universo de busca. Esse periódico está vinculado a Universidade Federal de Viçosa e é avaliado como B1 (Qualis Capes). Ele publica trimestralmente na forma eletrônica

nas áreas de Administração Pública, Gestão Social e Terceiro Setor.

Na seleção realizada no portal Scielo foram encontrados 33 artigos, dos quais o título foi a primeira análise realizada. Nessa primeira filtragem foram selecionados dez artigos que possivelmente atenderiam os objetivos do estudo, eliminando assim, os outros 23 estudos. A segunda filtragem adotou a análise dos resumos, na qual eliminou mais três artigos que tratavam apenas de produções científicas na área de administração pública, o que não atendeu a premissa almejada. Ao analisar os sete artigos restantes mais detalhadamente, foram determinados que estes atendiam os critérios de inclusão e exclusão, e as análises encontram-se mais adiante, na seção destinada a análise e discussão.

A revisão sistemática adota a análise por pares, assim, a mesma premissa de pesquisa foi adotada pelos autores, resultando a mesma seleção. Para a pesquisa na base de dados da revista APGS, no campo “pesquisa” foi inserido os termos “administração pública; graduação”, além de manter a diretriz “pesquisar termo em todas as categorias”. A delimitação de período foi a mesma adotada na Scielo, ou seja, os últimos 10 anos. Assim, na primeira seleção o resultado apresentou 37 títulos. Após análise dos títulos, foram selecionados três artigos que inicialmente atendem ao objetivo de pesquisa. No segundo momento foi feito o estudo dos resumos desses artigos e posteriormente do texto completo, o qual se definiu pela adoção dos três estudos, visto que após análise dos pares, atenderam ao objeto da pesquisa.

O Quadro 01 apresenta a equação de seleção para os estudos abordados nessa revisão sistemática, salientado que está foi aplicada rigorosamente pelos autores.

Quadro 1- Ficha de pesquisa da revisão sistemática acerca da temática graduação em administração pública

CONTEÚDO	EXPLICAÇÃO
Objetivo da pesquisa	Mapear as produções acadêmicas acerca da graduação em administração pública no Brasil, bem como identificar os temas abordados nesses estudos.

Equação de pesquisa a experimentar	Administração Pública e Graduação
Âmbito da pesquisa	A pesquisa foi realizada no Scielo e na Revista Administração Pública e Gestão Social – APGS, visto que essa é não indexada ao primeiro, no campo de procura todos os índices/termos. Foi delimitado o período dos últimos 10 anos, ou seja, de 2008 até a data atual, e a análise se deu primeiramente no título, e depois, o resumo.
Critério de inclusão	Foram considerados somente artigos empíricos completos e com resumo, cuja temática envolvem a graduação em administração pública.
Crítérios de exclusão	Artigos sem resumo e sem texto integral. Artigos publicados em livros, seminários, encontros, conferências, etc. Artigos redigidos em língua estrangeira. Teses e dissertações.
Crítérios de qualidade e validade metodológica	A ficha de pesquisa foi utilizada de maneira independente pelos investigadores, e, os resultados diferentes foram identificados, analisados e explicados. Os critérios de inclusão e exclusão foram rigorosamente observados.

Fonte: Adaptado de Kofinas e Saur-Amaral (2008) apud Sadoyama (2018).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para apresentação dos resultados encontrados com maior clareza e, posterior discussão, optou pela elaboração do quadro 2, o qual apresenta a sinopse dos estudos que relacionam graduação e administração pública. Assim, o quadro 2, baseado na

pesquisa de Sadoyama (2018, p. 110-12), apresenta o título na primeira coluna, os autores, país de origem e ano de publicação na segunda coluna, objetivo de estudo na terceira coluna, instrumento utilizado e participantes da pesquisa na quarta coluna e, na última coluna, os principais resultados e abordagens relevantes.

Quadro 2- Sinopse de estudos relativos à graduação em Administração Pública

Título	Autor/país/ano	Objetivo de estudo	Instrumento/ Participantes	Principais resultados e temas abordados
A constituição do movimento Campo de Públicas a partir da percepção de integrantes graduados em Administração.	Sílvia Ferreira Caproni Gonçalves; Virgílio César da Silva Oliveira. Brasil. 2016	Compreender a constituição do movimento multidisciplinar do Campo de Públicas ligado aos cursos que formam gestores públicos e a partir de referenciais teóricos sobre identidade fornecidos pela Psicologia Social e pela análise de entrevistas.	Foram utilizadas formas de contato com o movimento integrado do Campo de Públicas, tanto presencial quanto acompanhamento através de fórum. Além dos estudos relacionados à formação dos gestores públicos, foi analisado o campo da Psicologia Social para provisão de referenciais sobre identidades individuais e coletivas. Participação de integrantes graduados em Administração para entrevista.	Negação da identidade pressuposta de administrador como fator determinante para o ingresso no movimento “Campo de Públicas”. Natureza da identidade coletiva em construção expressa é de resistência à imposição de referenciais típicos da ciência administrativa hegemônica.
				Dinâmicas associadas ao movimento sinalizam em direção a uma identidade de projeto, ancorada na multiplicidade da formação de seus atores.

<p>Administração pública no Brasil: reflexões sobre o campo de saber a partir da Divisão Acadêmica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (2009-2013).</p>	<p>Élvia Mirian Cavalcanti Fadul; Fernando de Souza Coelho; Frederico Lustosa da Costa; Ricardo Corrêa Gomes. Brasil. 2014</p>	<p>Descrever e analisar, a partir do trabalho do Comitê Científico de APB da ANPAD no quadriênio 2009-12 e da sua interlocução com a comunidade epistêmica da área no Brasil, alguns dos aspectos que configuram esse campo de saber, bem como o percurso da administração pública como área na ANPAD; a conjuntura da educação superior nacional em AP, com destaque na pós-graduação.</p>	<p>Acompanhamento das submissões nos últimos cinco EnANPADs. Análise do processo de avaliação, da montagem e coordenação das sessões e acompanhamento das apresentações durante o congresso. Registro de como a produção acadêmica de AP publicada pelos eventos da ANPAD se organizou nesse período.</p>	<p>Apresentação da trajetória da área de AP na ANPAD desde 1985 e sua agenda de pesquisa nos últimos anos; atualização do panorama do ensino superior de AP no Brasil; mapeamento dos congressos e revistas da área.</p>
<p>A Problemática atual do ensino de graduação em administração pública no Brasil.</p>	<p>Fernando de Souza Coelho. Brasil. 2008</p>	<p>Expor e discutir, a partir de evidências empíricas, algumas lacunas/limites referentes à formação acadêmica, com as quais os cursos de graduação em AP se deparam, para clarear o tema, pois o objeto de estudo é inexplorado, além de apontar (ou gerar) hipóteses para investigações futuras. Fornecer informações para subsidiar debates nas IES sobre os caminhos/rumos do ensino de graduação em administração pública nacional.</p>	<p>Foi utilizado o estudo de caso dos bacharelados em administração com habilitação em administração pública da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Eaesp/FGV), da Universidade Estadual Paulista (FCL/Unesp) e da Escola de Governo (EG) da Fundação João Pinheiro, de Minas Gerais.</p>	<p>Carência de estudos sistemáticos sobre o ensino superior de AP. Necessidade de aprofundamento da AP como objeto de estudo. Presença de problemas crônicos, como a dicotomia política/administração, carência de corpo docente e escassez de material didático. O surgimento de novos cursos de graduação em AP nos últimos anos como oportunidade para intensificação do debate, além de permitir melhor definição das especificidades como campo disciplinar e entendimento das necessidades do mercado de trabalho. Necessidade de produção de referências bibliográficas adequadas à realidade dos cursos superiores de AP. Necessidade de moldar vínculos com o setor público.</p>

<p>Cursos de Administração: a dimensão pública como sujeito excluído.</p>	<p>Agatha Justen; Claudio Gurgel. Brasil. 2015</p>	<p>Avaliar a presença dos conhecimentos abrangentes da AP na formação do administrador de empresas. Investigar as propostas pedagógicas dos cursos de graduação em AE.</p>	<p>Análise das grades curriculares dos cursos de AE nos três mais importantes centros de decisão, planejamento e produção da economia brasileira (Distrito Federal - Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo).</p>	<p>Evidenciação de problemas na base da formação em Administração, pois desconsidera elementos históricos da constituição do Estado e do setor privado no Brasil e no mundo e a própria Administração Pública. Pouca atenção para com esses aspectos, tanto por parte do MEC como por parte das instituições.</p>
<p>Da letargia ao realento: notas sobre o ensino de graduação em administração pública no Brasil no entremeio da crise do Estado e da redemocratização no país (1983-94).</p>	<p>Fernando de Souza Coelho; Antônio Roberto Bono Olenscki; Rafael Prado Celso. Brasil. 2011</p>	<p>Descrição e análise dos fatos e circunstâncias que marcaram o ensino de graduação em AP no Brasil no período 1983-94, considerado como um dos ciclos de construção desta formação acadêmica.</p>	<p>Revisão bibliográfica com abordagem direta e indireta do tema. Análise documental de leis e pareceres sobre o ensino de graduação em AP e projetos pedagógicos, prospectos e textos de discussão de instituições de ensino que ofereciam o curso. Entrevistas semiestruturadas com acadêmicos que vivenciaram tal período.</p>	<p>Período de 1983-94, época em que o estágio de construção da AP apresentou problemas, devido à crise estatal dos anos 1980 e, a crise (ou descontinuidade) paradigmática do campo do saber em AP, reforçados pela extinção do bacharelado em AP da Eba/FGV em 1983. Enquanto isso, a continuidade do curso na Eaesp/FGV e a implantação desta formação acadêmica na Unesp, em 1989 e na FJP em 1994 mantiveram essa graduação presente no Brasil, contribuindo com sua subsistência, bem como incentivando os bacharelados em AP e correlatos a partir do final dos anos 1990 e início dos anos 2000.</p>
<p>Do auge à retração: análise de um dos estágios de construção do ensino de Administração Pública no Brasil (1966-1982).</p>	<p>Fernando de Souza Coelho; Alexandre Mendes Nicolini. Brasil. 2013</p>	<p>Propor uma periodização para o ensino de AP no Brasil, e apresentar como contribuir com a descrição e análise de um dos seus ciclos ou estágios de construção.</p>	<p>Revisão bibliográfica das obras que abordam direta e indiretamente o tema. Análise de leis e pareceres sobre o ensino da graduação em AP, com ênfase nos projetos pedagógicos, prospectos e textos de discussão de instituições de ensino que ofereciam esse curso entre 1966 e 1982.</p>	<p>Apresenta o auge e o declínio do ensino de AP, entre 1966 e 1982. Demonstra a presença de influência norte-americana. Indefinição entre APE e AE, desestímulo ao ensino de AP pelo <i>enforcement</i> do Currículo Mínimo e pela retração do mercado de trabalho para os administradores públicos.</p>

Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais.	Valdemir Pires; Suylan de A. Midlej e Silva; Sérgio Azevedo Fonseca; Patrícia Vendramini; Fernando de Souza Coelho. Brasil. 2014	Refletir acerca do significado e da importância da existência do Campo de Públicas no Brasil, do ponto de vista acadêmico-científico, institucional e político-administrativo. Sistematizar o processo de seu surgimento e percurso.	Pesquisa bibliográfica, análise documental e, observação participante dos autores como atores na construção do Campo.	Concretização e o crescimento do Campo de Públicas no Brasil, devido a crescente oferta do ensino de graduação, e a revalorização e ampliação do setor público no país.
Formação em Administração Pública no Brasil: Desafios, Perfil de Formação e Especificidades da Área.	Cléria Donizete da Silva Lourenço; Thaisa Ferreira Magalhães; Patrícia Aparecida Ferreira. Brasil. 2014	Identificar os principais desafios do ensino de AP no Brasil; conhecer o perfil de formação do administrador público; e buscar compreender as especificidades do ensino nesta área.	Pesquisabibliográfica, tendo como ponto de partida trabalhos publicados sobre a temática nos principais periódicos de administração e eventos como EnANPAD, EnEPQ e EnAPG	Crescimento do número de cursos de AP nos últimos anos. Existência de diversas lacunas referentes à formação acadêmica em AP e dificuldade de distinguir essa área da administração de empresas. Destaque a existência do movimento atual do “campo das públicas” (cursos de gestão pública, de políticas públicas e de gestão de políticas públicas), no sentido de uma discussão acerca das peculiaridades do campo de saber da AP.
Limites e Possibilidades Disciplinares da Administração Pública e dos Estudos Organizacionais.	Élvia Mirian Cavalcanti Fadul; Mônica de Aguiar Mac-Allister da Silva. Brasil. 2009	Analisar os limites disciplinares e o desenvolvimento de abordagens inter, multi e transdisciplinares nos campos da administração pública e dos estudos organizacionais.	Abordagem teórica na qual se conceitua disciplina e explore teoricamente as possibilidades e os limites das abordagens uni, inter, multi e transdisciplinares, e desenvolve uma análise dos campos AP e EO. Estudo empírico para análise das possibilidades e limites das abordagens das divisões APe Gestão Social, e EO do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, EnANPAD.	Abordagens disciplinares de AP e EO apresentam características que dificultam a articulação delas com outras disciplinas, e com o desenvolvimento de abordagens inter, multi e transdisciplinares. As duas temáticas buscam priorizar a abordagem disciplinar, mas enfrentam dificuldades no desenvolvimento dessa abordagem, de modo que não conseguem usufruir suas possibilidades, nem superar seus limites. Ambas apresentam

				abordagens inter e multidisciplinares, mas não o fazem de modo organizado e sistematizado.
Revisitando as origens do ensino de graduação em administração pública no Brasil (1854-1952).	Fernando de Souza Coelho; Alexandre Mendes Nicolini. Brasil. 2014	Rever as origens do ensino de AP para compreender sua evolução e institucionalização na educação superior nacional. Contribuir para a construção da memória da área de conhecimento de administração no Brasil, em geral, e do ensino e pesquisa.	Ampla revisão bibliográfica e razoável análise documental.	Delimitação de três momentos da história do curso superior em AP. De 1854 a 1930, no qual o Estado já demandava pessoas com estudos Administrativos. De 1930 a 1944, no qual houve importância crescente dos estudos de AP que pudessem embasar a construção de um Estado administrativo. Entre 1944 e 1952, foram emancipados os estudos e ensino em AP. A Fundação Getúlio Vargas empenhou-se na criação de escola para formação de administradores públicos.

Fonte: Adaptado de Sadoyama (2018).

4.1 DISCUSSÃO

Em relação à produção acadêmica voltada ao tema graduação em Administração Pública, percebe-se que a literatura é restrita e que se concentra em torno de poucos autores. Conforme seleção de estudos realizada por esta revisão sistemática, o autor que mais publicou sobre a temática graduação em AP, sua história e importância para o país, foi o Doutor em AP e Governo pela FGV, Fernando de Souza Coelho, visto que de dez artigos analisados, ele consta como autor ou coautor em seis deles.

De maneira geral, parte dos artigos apresentam estudos sobre o crescimento da produção acadêmica relacionada a temática de AP, impulsionado pelo aumento da oferta de cursos dessa área, e de eventos que apresentam o campo temático. Outro aspecto diz respeito à necessidade cada vez mais presente da especialização dos servidores públicos, demanda impulsionada pela reforma estatal.

Outro fato relevante acerca das informações coletadas é o aspecto histórico da criação e desenvolvimento da AP como um curso de graduação superior, no qual abrange o período desde 1854 até o século atual, delimitando três ciclos da AP, desde a criação, o desenvolvimento, aumento da demanda, retração e por fim, a consolidação do ensino no país.

Os desafios enfrentados pelo ensino de AP também foram apresentados nas pesquisas, e a maior frequência encontra-se acerca da escassez de docentes para a área. A falta de parcerias entre IES e órgãos públicos também dificultam o aprimoramento do ensino, visto que é na graduação que se desperta o interesse por pesquisas científicas, e, se o discente não tem acesso a informações relevantes e fidedignas, além de desmotivá-lo, ainda acarretará em estudos com baixa qualidade, decrescendo também a qualidade do curso superior.

Assim, os dez artigos analisados podem ser divididos em três subtemas: a história

do ensino superior em AP; a produção científica com temas relacionados à AP; e, o desenvolvimento do campo do saber em AP. Portanto, a área temática carece de estudos mais detalhados, além de demonstrar que o meio acadêmico necessita desenvolver vínculos e parcerias com a gestão pública das três esferas governamentais com objetivo de coleta de dados para pesquisas relevantes sobre as diversas situações cotidianas no meio público, além de que, o ensino superior em AP deixou de ser algo restrito apenas para servidores públicos, abrangendo atualmente pesquisadores e até mesmo gestores privados que buscam entender a máquina pública para poder interagir comercialmente, e, até mesmo, voluntários do terceiro setor, visto que esse segue a premissa de gestão e prestação de contas do setor público.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se que a temática AP está em constante desenvolvimento, e que, a oferta por cursos superiores na área tem aumentado gradativamente. A necessidade de administradores públicos capacitados, devido a demanda mundial por gestões eficientes e prestação de contas objetivas, também influencia o crescimento da graduação e pós-graduação na área.

Conforme apresentado na discussão dos resultados, apesar do crescimento dos cursos de AP, o campo de pesquisa ainda permanece escasso, necessitando ampliar e incentivar estudos mais aprofundados que apresentem soluções práticas para problemas no setor público, e assim, a aprendizagem na área torna-se tão necessária.

Assim, o objetivo do estudo foi mapear as produções acadêmicas acerca da graduação em administração pública no Brasil nos últimos 10 anos, bem como identificar os temas abordados nesses estudos, concluindo que, apesar de pesquisadores como Coelho e Nicolini (2014, p. 370) delimitarem três estágios de desenvolvimento do ensino superior em AP, é necessário que essa temática seja abordada para se dar continuidade, quem

sabe, ao quarto estágio da história desse ensino, impulsionados pelas reformas estatais e mudanças visionárias de governo, sendo essa uma sugestão para pesquisas futuras.

6 REFERÊNCIAS

ALVES, Rosália Rodrigues; CASTRO, Cleber Carvalho de; SOUTO, Cleverton Luiz. Processo de Institucionalização do Curso de Administração Pública a Distância em uma Universidade Federal. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 18, n. 1, art. 2, p. 20-36, jan./fev. 2014.

CAPELARI, Mauro Guilherme Maidana; AFONSO, Yedda Beatriz Gomes de Almeida Dysman da Cruz Seixas Singer; GONÇALVES, Andréa de Oliveira. Alberto guerreiro ramos: contribuições da redução sociológica para o campo científico da administração pública no Brasil. **Revista de Administração Mackenzie**, v 15, n. 6, Edição Especial, p. 98-121, nov./dez. 2014.

COELHO, Fernando de Souza. A Problemática atual do ensino de graduação em administração pública no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 6, n. especial, p. 01-21, ago. 2008.

COELHO, Fernando de Souza; NICOLINI, Alexandre Mendes. Do auge à retração: análise de um dos estágios de construção do ensino de Administração Pública no Brasil (1966-1982). **Revista o&s**, v.20, n.66, p. 403-422, jul./set. 2013.

COELHO, Fernando de Souza; NICOLINI, Alexandre Mendes. Revisitando as origens do ensino de graduação em administração pública no Brasil (1854-1952). **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 2, p. 367-388, mar./abr. 2014.

COELHO, Fernando de Souza; OLENSCKI, Antônio Roberto Bono; CELSO, Rafael Prado. Da letargia ao realento: notas sobre o ensino de graduação em administração pública no Brasil no entremeio da crise do Estado e da

redemocratização no país (1983-94). **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 6, p. 1707-1732, nov./dez. 2011.

FADUL, Élvia; COELHO, Fernando de Souza; COSTA, Frederico Lustosa da; GOMES, Ricardo Corrêa. Administração pública no Brasil: reflexões sobre o campo de saber a partir da Divisão Acadêmica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (2009-2013). **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 5, p. 1329-1354, set./out. 2014.

FADUL, Élvia Mirian Cavalcanti; SILVA, Mônica de Aguiar Mac-Allister da. Limites e Possibilidades Disciplinares da Administração Pública e dos Estudos Organizacionais. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 13, n. 3, art. 1, p. 351-365, jul./ago. 2009.

GONÇALVES, Sílvia Ferreira Caproni; OLIVEIRA, Virgílio César da Silva. A constituição do movimento Campo de Públicas a partir da percepção de integrantes graduados em Administração. **Revista Administração Pública e Gestão Social**, v. 8, n. 4, p. 202-211, out./dez. 2016.

HOCAYEN-DA-SILVA Antônio João; ROSSONI, Luciano; FERREIRA JÚNIOR, Israel. Administração pública e gestão social: a produção científica brasileira entre 2000 e 2005. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 4, p. 655-680, jul./ago. 2008.

JUSTEN, Agatha; GURGEL, Claudio. Cursos de Administração: a dimensão pública como sujeito excluído. **CadernosEBAPE.BR**, v. 13, n. 4, Art. 10, p. 852-871, out./dez. 2015.

LOURENÇO, Cléria Donizete da Silva; MAGALHÃES, Thaisa Ferreira; FERREIRA, Patrícia Aparecida. Formação em Administração Pública no Brasil: Desafios, Perfil de Formação e Especificidades da Área. **Revista Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 4, p. 177-186, out./dez. 2014.

PIRES,Valdemir; SILVA, Suylan de A. Midlej e; FONSECA, Sérgio Azevedo; VENDRAMINI, Patrícia; COELHO, Fernando de Souza. Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. **Revista Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 3, p. 110-126, jul./set. 2014.

SADOYAMA, Adriana dos Santos Prado. Profissionalização e identidade docente do professor em medicina: um estudo de revisão sistemática. **Revista EDaPECI**, v.18, n.3, p. 105-114, set./dez. 2018.

Recebido em 24 de setembro de 2019

Aceito em 26 de outubro de 2019